

n. 44, jan. / mar. 2014

O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)

Rafael Carvalho Rezende Oliveira , Daniel Amorim Assumpção Neves

Liberdade econômica e sanções administrativas nas reorganizações societárias

Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Henrique Bastos Rocha

Administração Pública como instrumento de garantia dos direitos fundamentais

Daniely Henschel, Adilson Josemar Puhl

Licitação e contratação de serviços de publicidade – Reflexões sobre a Lei nº 12.232/2010 em face do direito das licitações e alguns aspectos práticos

Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer

Controle de Constitucionalidade na Constituição da República de 1934 – Revisitando a origem do quórum qualificado e da atuação do Senado Federal no modelo concreto-difuso de *judicial review*

Marianna Montebello Willeman

A intervenção estadual no município por descumprimento de ordem ou decisão judicial

Telma Oliveira Queiroz

Efeito vinculante – Pressupostos para a sua compreensão e aplicação

Renato Rodrigues Gomes

Análise dos pareceres jurídicos sob a perspectiva dos elementos do ato administrativo

Ricardo Quartim de Moraes

Ainda sobre legalidade tributária – Um exame das funções eficaciais como instrumento do controle do poder de tributar

Éderson Garin Porto

Contratação pública patrocinada por organismo multilateral de crédito – Aplicabilidade da norma internacional frente à nacional

Renato Costa

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Administrativo – Acórdão do Tribunal de Contas da União – Conselho de fiscalização profissional – Natureza jurídica – Autarquia federal – Exigência de concurso público – Observância do art. 37, II, da Constituição Federal – Fiscalização – Atividade típica do estado – Princípio da proteção da confiança legítima

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tributário – Caráter supostamente confiscatório da multa tributária cominada em lei – Violação ao preceito inscrito no art. 150, inciso IV, da Constituição Federal – Cláusula vedatória que traduz limitação material ao exercício da competência tributária e que também se estende às multas de natureza fiscal – *Quantum* da multa tributária que ultrapassa, no caso, o valor do débito principal – Efeito confiscatório configurado

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – Demissão imotivada de sua empregada – Impossibilidade – Necessidade de motivação da dispensa